

EDITORIAL

Eis-nos chegados a 2007 e ao segundo número da *Praxis Archaeologica*. Pretendíamos que este número, a exemplo do primeiro, contivesse um caderno temático dedicado a um tema com relevância indiscutível no panorama actual da Arqueologia portuguesa. O tema proposto foi “Arqueologia: Ciência e Património”, com o intuito de promover uma reflexão em torno das convergências e divergências entre estas duas perspectivas fundamentais na actual prática da nossa actividade, ou sejam, a Arqueologia enquanto disciplina que produz conhecimento e a Arqueologia como actividade fomentadora da defesa e valorização do Património, numa conjuntura de crescente tendência para a sujeição da Arqueologia às contingências da Gestão do Património.

Embora tivéssemos a certeza que este tema suscitaria a apresentação de diferentes abordagens com ópticas algo divergentes, a favor de uma ou de outra das perspectivas, não nos foi possível reunir atempadamente uma quantidade de contribuições suficiente para manter a qualidade do caderno. Desta forma, O Conselho de Redacção da *Praxis Archaeologica* optou por adiar a sua publicação para uma próxima oportunidade.

Neste número publicam-se artigos de origem e temática vária. As primeiras quatro contribuições referem-se a comunicações apresentadas por ocasião do Workshop APA “Documentação e Sistemas de Informação de Registos Arqueológicos”, realizado em Novembro de 2005. Este Workshop teve como objectivo fundamental o dar a conhecer diferentes

experiências na organização e na gestão da informação recuperada nos diversos âmbitos de exercício da Arqueologia, focando-se casos concretos que servissem de ponto de partida para uma discussão aberta sobre metodologias de actuação e sobre a eventual necessidade de normalização e “compatibilização” de procedimentos e linguagens.

Marcos Osório e Temo Salgado apresentam-nos a experiência levada a cabo nos últimos anos no município do Sabugal, de trabalho conjunto entre o Gabinete de Arqueologia e o Gabinete Municipal de SIG. Esta colaboração permitiu que o inventário do património arqueológico municipal pudesse contar com novas ferramentas de registo, análise e gestão territorial que aqui se concretizam através da exposição de um caso de estudo: a modelização da ocupação do território durante o I milénio a.C. na área ocidental do concelho a partir do cálculo das áreas teóricas de influência e das bacias de visão de cada núcleo de povoamento analisado.

Margarida Alçada contribui com uma breve reflexão sobre a necessidade de documentar para preservar. Partindo do pressuposto de que o ser humano precisa de “descrever, representar e transmitir o território que o rodeia”, documentar e informar o Património torna-se uma tarefa essencial para a sua conservação e valorização. Neste sentido, a agora extinta Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais desenvolveu a partir de 1990 um Sistema de Informação para o Património que permitiu transferir para suporte digital todo o volume de informação depositado nos seus arquivos.

O Serviço de Arqueologia do Museu Municipal de Faro tem vindo a assumir a responsabilidade pela gestão da informação gerada pelas múltiplas intervenções arqueológicas realizadas nos últimos anos na área urbana da capital algarvia. Dália Paulo e Nuno Beja apresentam um balanço dessa actividade, mencionando os sucessos e os falhanços, as ajudas e as dificuldades sentidas para levar a bom porto um projecto integrado de gestão do património arqueológico que, como na maior parte dos municípios portugueses, não está isento de se deparar com obstáculos por vezes difíceis de superar. Esta análise realiza-se numa conjuntura de vertiginoso desenvolvimento da Arqueologia Urbana, um crescimento que não tem sido acompanhado a jusante por medidas regulamentares que transformem os museus locais e regionais em espaços de investigação, deixando de ser meros depósitos onde “os contentores de materiais arqueológicos continuam a acumular-se sem uma solução que os tire da mudez a que estão condenados”.

Os “caminhos da informação” conduzem necessariamente ao desenvolvimento de soluções informáticas para a gestão do Património, seja ele móvel ou imóvel, e, neste capítulo, a empresa Sistemas do Futuro, Lda., tem um trabalho consolidado com forte implantação no mercado. A aplicação In patrimonium Plus é aqui apresentada por Alexandre Matos, realçando-se os seus aspectos funcionais e relacionais mais importantes.

Infelizmente não foi possível reunir todos os contributos que foram apresentados no Workshop, ficando por publicar as experiências de gestão de informação arqueológica do extinto Instituto Português de Arqueologia (sistema Endovelico —apresentado por Filipa Neto, Nuno Caldeira, Ana Sofia Gomes, Filipa Bragança, Susana Martínez e Armando Lucena), da empresa Era-Arqueologia S.A. (por Maria João Jacinto), da Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa (por Ana Margarida Arruda e Catarina Viegas) e do Museu Nacional de Arqueologia (por Luís Raposo e Ana Isabel Santos).

Deixando o tema da gestão da informação arqueológica, o seguinte artigo introduz-nos no mundo dos estudos traceológicos e funcionais em Arqueologia. Juan Gibaja Bao apresenta-nos um trabalho exemplar onde não são deixados de lado temas tão im-

portantes como a evolução histórica desta disciplina especializada e as questões teórico-metodológicas que fundamentam a realização das análises dos chamados “traços de uso” em instrumentos líticos. Não menos indispensável é o afirmar que a Traceologia não constitui um fim em si mesma, que se esgotaria na mera apreciação dos aspectos técnicos relativos à forma e função dos utensílios: é, pelo contrário, uma ferramenta metodológica que possibilita a reconstrução da organização económica das sociedades que produziram e utilizaram utensílios líticos e, por conseguinte, auxilia o trabalho de estruturação de explicações de natureza histórica, uma tarefa que deve ser (é) o objectivo último da Arqueologia.

Uma contribuição para a História da Arqueologia Portuguesa é o que propõe Olga Matos na sua “descoberta” da Arqueologia no século XIX, mediante a análise das notícias publicadas em Portugal nas principais gazetas populares desse século. Esta análise centra-se principalmente nas referências à Arqueologia enquanto Património, do impacto mediático das descobertas no estrangeiro —Herculano, Pompeia, Egipto, Grécia, etc.— às mais comedidas apreciações sobre a essência do património arqueológico português, passando pelo estudo do impacto que algumas instituições tiveram na definição de novos rumos para a Arqueologia portuguesa, nomeadamente a partir de meados do século.

A preservação do Património Arqueológico Subaquático é abordada de forma incisiva por Gilson Rambelli e Pedro Paulo A. Funari. Reportando-se ao panorama brasileiro, os autores não deixam de chamar a atenção para a perpetuação dessa peste que é a indústria da caça ao tesouro submerso que, para além dos óbvios danos directos causados ao Património, contribui para a difusão junto da sociedade civil de uma perspectiva adulterada da investigação em Arqueologia Náutica e Subaquática. A aprovação, em 2001, da Convenção da UNESCO sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático, ainda que sujeita a ratificação pelos diversos estados nacionais, constituiu um passo importante para a alteração da percepção pública sobre o património submerso, mormente a necessidade de pensar os oceanos não como “terra de ninguém”, espaço sem lei e viveiro inesgotável de “tesouros fenomenais”, mas como pa-

trimónio de todos, como fonte de conhecimento histórico e patrimonial com um estatuto similar ao do património emerso.

María Soledad Solórzano faz uma análise do impacto que a “Arqueologia de Contrato” tem hoje em dia no Equador, a partir de um estudo de caso da província de Orellana. A multiplicação das actuações de carácter arqueológico, sobretudo no âmbito da minimização de impactes derivados da expansão da indústria petrolífera, permitiu a recuperação de importante informação arqueográfica que, de outro modo, se perderia irremediavelmente. Deste modo, foi possível a realização de inúmeras intervenções em zonas de difícil acesso e com custos logísticos não compatíveis com uma Arqueologia de investigação *tout court*.

No último artigo deste número, Maria José de Almeida apresenta e discute os resultados do 2º Inquérito Nacional à Actividade Arqueológica, realizado entre Maio e Outubro de 2006. Contemplando originalmente três grandes grupos genéricos de entidades-alvo (municípios, empresas e centros de investigação/associações), os resultados deste inquérito cingem-se aqui apenas ao universo das autarquias, já que só estas proporcionaram um número de respostas suficiente para que se pudesse realizar uma análise estatística significativa. A amostra representa tão somente 1/3 da totalidade de municípios portugueses, estando ausentes, por exemplo, autarquias que se sabe desenvolvem actividade arqueológica regular há mais de uma década. Apesar de todas as limitações, foi possível caracterizar minimamente as actividades desenvolvidas e apoiadas e os recursos humanos e materiais disponíveis. Não deixa de ser interessante notar que a grande maioria das unidades orgânicas municipais com responsabilidades na área do património arqueológico continua a estar enquadrada em departamentos de cultura ou em museus municipais

dependentes dos departamentos de cultura, sendo minoritária a percepção de que a gestão do património arqueológico é hoje em dia sobretudo um assunto de planeamento e ordenamento do território, tal como o demonstra o facto da maior parte das acções se desenvolverem nessa área. Outro aspecto que devemos realçar é a constatação de que existe uma clara tendência para o aumento da precariedade laboral através de programas ocupacionais do Instituto do Emprego e Formação Profissional, bolsas de formação geridas pelas autarquias e mesmo trabalho voluntário.

A aparente diversidade de temas dos artigos que constituem este número da revista acaba por ser, na verdade, um “voou de pássaro” sobre diferentes problemáticas relativas ao exercício da profissão de arqueólogo. Se ficou por cumprir o objectivo de produzir um caderno temático relativo ao confronto entre a arqueologia enquanto actividade científica e enquanto disciplina na área da valorização e gestão do património cultural, a leitura dos diferentes artigos acaba por se revelar uma preciosa ferramenta para esse debate.

Parece-nos que é essencial que se faça uma reflexão sobre as formas de exercício da arqueologia e os problemas decorrentes do seu enquadramento na sociedade. A multiplicação de experiências em diferentes contextos profissionais e nacionais revela-nos problemas comuns, decorrentes sobretudo da necessidade de adaptar o exercício da actividade e factores exteriores ao que seria (ou ao que foi...) uma arqueologia exclusivamente vocacionada para a investigação científica. A crescente interacção da arqueologia e dos arqueólogos com a sociedade deve contudo ser alicerçada numa reflexão entre pares que permita uma afirmação informada da disciplina, cabendo a associações de carácter profissional como a APA um importante papel neste domínio.

